

Acta N.º 26/2009	
Livro N.º	Folha N.º
35	

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ACTA N.º 26/2009 DE 30 DE DEZEMBRO**

----- Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, nesta Vila-Sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima sexta reunião camarária do ano em curso, de natureza extraordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Manuel Marques Custódio, Dr.ª Ana Cristina Ribeiro dos Santos e Dr. Avantino Loureiro Beleza.-----

----- A reunião foi secretariada por mim, José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, cuja convocatória foi efectuada oportunamente nos termos legais.-----

----- Passou-se então à análise da “Ordem do Dia”, oportunamente enviada ao Executivo nos termos legais:-----

**-----DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----**

----- a) **Apreciação e votação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas (PPRG) para 2010.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Plano em epígrafe, que aqui se dá por reproduzido e fica a fazer parte integrante da presente acta, cuja cópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de actas número trinta e cinco das reuniões camarárias, e cuja exposição de motivos é a seguinte:-----

----- *“O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, é uma entidade administrativa independente, que funciona junto do Tribunal de Contas, e desenvolve uma actividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infracções conexas.*-----

----- *No âmbito da sua actividade, o CPC aprovou a Recomendação n.º 1/2009, de 1 de Julho de 2009, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 140, de 22 de Julho de 2009, sobre “Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas”, nos termos da qual «os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de*

*gestão de riscos e infracções conexas», prazo esse entretanto prorrogado até 31 de Dezembro de 2009, por Deliberação daquele CPC de 21 de Outubro de 2009.-----*

*----- Tais planos devem conter, nomeadamente, os seguintes elementos:-----*

*----- a) Identificação, relativamente a cada área ou departamento, dos riscos de corrupção e infracções conexas;-----*

*----- b) Com base na identificação dos riscos, identificação das medidas adoptadas que previnam a sua ocorrência;-----*

*----- c) Definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direcção do órgão dirigente máximo;-----*

*----- d) Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano. -----*

*----- Tal Recomendação surge na sequência da deliberação de 4 de Março de 2009 em que o CPC deliberou, através da aplicação de um questionário aos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local, directa ou indirecta, incluindo o sector empresarial local, proceder ao levantamento dos riscos de corrupção e infracções conexas nas áreas da contratação pública e da concessão de benefícios públicos.-----*

*----- Tal inquérito, bem como o respectivo Relatório-Síntese, são instrumentos fundamentais para a elaboração de um Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas.-----*

*----- A gestão do risco é uma actividade que assume um carácter transversal, constituindo uma das grandes preocupações dos diversos Estados e das organizações de âmbito global, regional e local. -----*

*----- Revela-se um requisito essencial ao funcionamento das organizações e dos Estados de Direito Democrático, sendo fundamental nas relações que se estabelecem entre os cidadãos e a Administração, no desenvolvimento das economias e no normal funcionamento das instituições. -----*

*----- Trata-se, assim, de uma actividade que tem por objectivo salvaguardar aspectos indispensáveis na tomada de decisões, e que estas se revelem conformes com a legislação vigente, com os procedimentos em vigor e com as obrigações contratuais a que as instituições estão vinculadas.-----*

*----- É certo que muitas vezes a legislação vigente não propicia, de forma fácil, a tomada de decisões sem riscos. Com efeito, a legislação a aplicar é muitas vezes burocratizante, complexa, vasta e desarticulada, existindo uma excessiva regulamentação, muitos procedimentos e sub-procedimentos, o que obstaculiza a criatividade, impede uma correcta gestão dos meios materiais e dos recursos humanos e potencia o risco do cometimento de irregularidades.-----*

Acta N.º 26/2009	
Livro N.º	Folha N.º
35	

----- A gestão do risco é um processo de análise metódica dos riscos inerentes às actividades de prossecução das atribuições e competências das instituições, tendo por objectivo a defesa e protecção de cada interveniente nos diversos processos, salvaguardando-se, assim, o interesse colectivo. É uma actividade que envolve a gestão, *stricto sensu*, a identificação de riscos iminentes a qualquer actividade, a sua análise metódica e, por fim, a propositura de medidas que possam obstaculizar eventuais comportamentos desviantes.-----

----- O elemento essencial é, pois, a ideia de risco, que podemos definir como a possibilidade eventual de determinado evento poder ocorrer, gerando um resultado irregular. A probabilidade de acontecer uma situação adversa, um problema ou um dano, e o nível da importância que esses acontecimentos têm nos resultados de determinada actividade, determina o grau de risco.-----

----- Elemento essencial para a determinação daquela probabilidade é a caracterização dos serviços, que deve integrar os critérios de avaliação da ocorrência de determinado risco.-----

----- A gestão do risco é uma responsabilidade de todos os trabalhadores das instituições, quer dos membros dos órgãos, quer do pessoal com funções dirigentes, quer do mais simples funcionário. -----

----- É também certo que os riscos podem ser graduados em função da probabilidade da sua ocorrência e da gravidade das suas consequências, devendo estabelecer-se, para cada tipo de risco, a respectiva quantificação.-----

----- São vários os factores que levam a que uma actividade tenha um maior um menor risco. No entanto, os mais importantes são inegavelmente:-----

- A competência da gestão, uma vez que uma menor competência da actividade gestionária envolve, necessariamente, um maior risco;-----
- A idoneidade dos gestores e decisores, com um comprometimento ético e um comportamento rigoroso, que levará a um menor risco;-----
- A qualidade do sistema de controlo interno e a sua eficácia. Quanto menor a eficácia, maior o risco.-----

----- O controlo interno é uma componente essencial da gestão do risco, funcionando como salvaguarda da rectidão da tomada de decisões, uma vez que previne e detecta situações anormais. -----

----- Os serviços públicos são estruturas em que também se verificam riscos de gestão, de todo o tipo, e particularmente riscos de corrupção e infracções conexas. Como sabemos, a corrupção constitui-se como um obstáculo fundamental ao normal funcionamento das instituições.-----

----- A acepção mais corrente da palavra corrupção reporta-se à apropriação ilegítima da coisa pública, entendendo-se como o uso ilegal dos poderes da Administração Pública ou de organismos equiparados, com o objectivo de serem obtidas vantagens.-----

----- A corrupção pode apresentar-se nas mais diversas formas, desde a pequena corrupção até à grande corrupção nos mais altos níveis do Estado e das Organizações Internacionais. Ao nível das suas consequências – sempre extremamente negativas – produzem efeitos essencialmente na qualidade da democracia e do desenvolvimento económico e social.-----

----- No que respeita à Administração Pública em geral e muito particularmente à Administração Autárquica, uma das tendências mais fortes da vida das últimas décadas é, sem dúvida, a “abertura” desta à participação dos cidadãos, o que passa, designadamente, pela necessidade de garantir de forma efectiva o direito à informação dos administrados.---

----- Com efeito, exige-se hoje não só que a Administração procure a realização dos interesses públicos, tomando as decisões mais adequadas e eficientes para a realização harmónica dos interesses envolvidos, mas que o faça de forma clara, transparente, para que tais decisões possam ser sindicáveis pelos cidadãos.-----

----- A Constituição da República Portuguesa garante, no artigo 268.º, o direito que assiste a todos os cidadãos de “serem informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam directamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas” e ainda “o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.”-----

----- A regra é, pois, a liberdade de acesso aos arquivos administrativos, sendo os registos um património de todos que, por isso mesmo, devem estar abertos à comunidade. A matéria do acesso aos documentos administrativos e à informação é, de facto, um desígnio de cidadania e simultaneamente um instrumento de modernização dos serviços públicos.-----

----- Sempre que se discutem os principais problemas da Administração Pública contemporânea, a transparência na tomada das decisões é um dos assuntos de maior destaque e relevância.-----

----- O escrutínio eleitoral é obviamente indispensável, deve mesmo ser espelho da nossa vivência democrática, mas importa também que, permanentemente, os cidadãos se interessem pela vida pública, acompanhem e colaborem com a Administração Pública nas suas iniciativas, participem nas instâncias próprias, expressem os seus objectivos, intervenham na tomada das grandes opções políticas que irão, afinal, influenciar o seu destino colectivo e acedam, de forma livre, aos arquivos administrativos.-----

Acta N.º <b>26/2009</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

----- A disponibilização da informação e o princípio do arquivo aberto constituem-se, assim, como uma das formas mais fundamentais de controlo da administração por parte dos administrados, uma vez que por tal via existe a possibilidade de todas as medidas serem analisadas e sindicadas. -----

----- Tendo em atenção as considerações antecedentes, consciente de que a corrupção e os riscos conexos são um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições,-----

- Revelando-se como uma ameaça à democracia;-----
- Prejudicando a seriedade das relações entre a Administração Pública e os cidadãos;-----
- Obstando ao desejável desenvolvimento das economias e ao normal funcionamento dos mercados.-----

----- Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, nos termos e efeitos do disposto no n.º 1.1 da Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, a aprovação do PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS desta Câmara Municipal, para o ano de 2010, de acordo com a seguinte estrutura:-----

- I. Compromisso ético. -----
- II. Organograma e Identificação dos responsáveis.-----
- III. Identificação das áreas e actividades, dos riscos de corrupção e infracções conexas, da qualificação da frequência dos riscos, das medidas e dos responsáveis.
- IV. Controlo e monitorização do Plano. -----

#### **COMPROMISSO ÉTICO** -----

----- Para além das normas legais aplicáveis, as relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos, os trabalhadores e demais colaboradores do Município, bem como no seu contacto com as populações, assentam, nomeadamente, num conjunto de princípios e valores, cujo conteúdo está, em parte, já vertido na Carta ética – Dez princípios éticos da Administração Pública, mencionada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/97, de 22 de Março, e disponível no portal [www.dgap.gov.pt](http://www.dgap.gov.pt). A saber:-----

- Integridade, procurando as melhores soluções para o interesse público que se pretende atingir;-----
- Comportamento profissional;-----
- Consideração ética nas acções;-----
- Responsabilidade social;-----
- Não exercício de actividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções no Município ou criar situações de conflitos de interesses;-----
- Promoção, em tempo útil, do debate necessário à tomada de decisões;-----



Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva

Reunião Extraordinária de 30 de Dezembro de 2009

Acta N.º <b>26/2009</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	
